



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA / CAAB
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

LEONICE DIAS SENA

**O MOVIMENTO SOCIAL CÁRITAS NA LUTA PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO
DO CAMPO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA.**

ABAETETUBA – PARÁ
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA / CAAB
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

LEONICE DIAS SENA

**O MOVIMENTO SOCIAL CÁRITAS NA LUTA PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO
DO CAMPO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

Trabalho acadêmico de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, sob orientação do professor Dr. Francinei Bentes Tavares e Co-orientadora professora M. Sc. Lúcia Daiane Copetti.

ABAETETUBA– PARÁ
2018

LEONICE DIAS SENA

**O MOVIMENTO SOCIAL CÁRITAS NA LUTA PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO
DO CAMPO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

Aprovado em: Abaetetuba-PA, ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares (FADECAM / CAAB / UFPA) – Orientador

Professor Avaliador Benedito de Brito Almeida

Professora Avaliadora Rosilena Baia Trindade

ABAETETUBA – PARÁ
2018

Dedico este trabalho a todos os que lutam pela Educação do Campo, em especial os movimentos sociais, e também aqueles que me apoiaram na minha trajetória acadêmica, a minha família, esposo, amigos e aos professores que fizeram parte desse momento em especial ao meu orientador e Co-orientadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado mais essa conquista em minha vida.

A meus pais, irmãos, e meu esposo Ewerton que foram as peças principais para que eu concluísse o curso.

Às famílias das senhoras Elizabeth, Elieth, Morena e Ivanete, que me acolheram como uma filha em suas casas para que eu pudesse cursar o curso de Educação do Campo.

Aos representantes da Cáritas das Ilhas de Abaetetuba-PA, a professora Antônia Botelho, Sebastião Neto, Osmana Dias e Max Costa, que se dispuseram a dar informações a respeito do movimento Cáritas, que o contribui muito para a minha pesquisa de campo.

Aos meus orientadores, o professor Dr. Francinei Bentes, e em especial à minha Co-orientadora professora M. Sc. Lúcia Daiane Copetti que com a sua disciplina economia solidária que me deu um interesse profundo para pesquisar a respeito do movimento social, em especial a Cáritas.

E aos meus amigos de curso que diretamente ou indiretamente me ajudaram ao longo desses quatro anos na universidade.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
SEI – Sistema Educacional Interativo
SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	08
1 INTRODUÇÃO	09
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
3 METODOLOGIA	16
4 RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÕES	17
4.1 A ORGANIZAÇÃO DA CÁRITAS ILHAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6 REFERÊNCIAS	22
7 ANEXO	24
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	24

O MOVIMENTO SOCIAL CÁRITAS NA LUTA PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA.

Leonice Dias Sena¹

Francinei Bentes Tavares²

Lúcia Daiane Copetti³

RESUMO

O referente artigo apresenta o movimento social Cáritas nas Ilhas de Abaetetuba-PA, organizada pela Paróquia Rainha da Paz, sendo um movimento mundial da Igreja Católica. Neste artigo mostramos como a mesma se organiza internacionalmente até a região pesquisada, dando ênfase à sua estrutura até a atuação nas Ilhas, pois a mesma trabalha com compaixão e profissionalismo sem fins lucrativos, para responder a emergências, promover o desenvolvimento e defender um mundo mais justo, no qual todos são iguais. A Cáritas nas Ilhas vem atuando por melhorias desde a saúde até a segurança pública, mas será apresentado especificamente a sua ação diante da educação do campo, que já se é carente nos centros urbanos, quanto mais nas ilhas cuja qualidade deixa a desejar, carente desde a estrutura até professores qualificados para trabalhar no campo.

Palavras- chave: Cáritas; movimento social; Ilhas de Abaetetuba; Educação do campo.

ABSTRACT:

The article refers to the Cáritas social movement in the islands of Abaetetuba-PA, organized by Paróquia Rainha da Paz. It is a worldwide movement of the Catholic Church. In this article we show how it organizes itself internationally to the region researched, emphasizing its structure until the work in the Islands, because it works with compassion and professionalism, to respond to emergencies, promote development and defend a more just world, where all are equal. Cáritas in the Islands has been working for improvements from health to public safety, but will be specifically presented its action in the field education, which is already lacking in urban centers, the more in the Islands is of poor quality, lacking since qualified teachers to work in the field.

Key-words: Cáritas; social movement; Abaetetuba Islands; Education of the field.

¹ Graduanda em Educação do Campo pela UFPA – Abaetetuba. E-mail: leonicesena21@gmail.com

² Professor Orientador. Doutor em Sociologia pela UFRGS-RS. Professor do curso de Educação do Campo da UFPA- Abaetetuba. E-mail: francinei@ufpa.br

³ Professora co-orientadora. Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS – RS. Professora colaboradora do curso de Educação do Campo da UFPA- Abaetetuba. E-mail: luciacopetti@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO:

A pesquisa realizada no município de Abaetetuba-PA sobre o movimento social Cáritas, perpassa desde a sua formação até a sua ação, dando-se ênfase na sua atuação diante da Educação do Campo no município. Ela é formada por vários líderes religiosos e leigos, sendo o presidente da Cáritas no município de Abaetetuba o Bispo Diocesano, a qual se expande até a Paróquia das Ilhas, tendo como membros 192 voluntários comunitários de comunidades eclesiais de base, sendo que a mesma não tem fins lucrativos, mas possui uma atuação presente em 42 comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba.

O artigo apresenta a ação da Cáritas desde a defesa da vida até o seu envolvimento na educação, pois segundo Caldart (2009), os protagonistas da educação do campo são os movimentos sociais, por isso como um movimento social presente nas ilhas de Abaetetuba-PA ela se organiza em favor dos menos favorecidos, que tem uma educação precária.

Há mais de 60 anos, a Cáritas cresceu de um começo humilde para uma causa de milhões de pessoas, transformando a vida dos mais vulneráveis. Para se ter uma maior compreensão do que vem a ser o Movimento Cáritas, será esplanada a sua história internacional até a sua inserção no município de Abaetetuba-PA.

A primeira Cáritas foi fundada na Alemanha, em 09 de novembro de 1897 por Lorenz Werthmann, e em 1951 foi criada a Cáritas Internacional, com os mesmos objetivos de escutar o sofrimento dos mais pobres e menos favorecidos, dando-lhes assistência e oportunidade para que possam transformar suas próprias vidas, utilizando os princípios morais e espirituais de dignidade, justiça e solidariedade.

A Cáritas Internacional tem sua sede em Roma, e é uma confederação de mais de 160 órgãos membros, que trabalham nas bases de quase todos os países do mundo, tais como na África, Ásia, Europa, América Latina, Caribe, Oriente Médio, Norte da África, América do Norte e Oceania. Esses diversos órgãos membros se organizam em pequenos grupos de voluntários para alcançar os pobres, vulneráveis e excluídos, independentemente de raça ou religião, sendo que as organizações nacionais da Cáritas são membros de sua própria região e da confederação internacional (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

No Brasil, em 12 de novembro de 1956, a Cáritas foi designada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), articulando todas as obras sociais católicas. Em 1966, a quantidade de donativos para o programa Aliança para o Progresso, implementado após a Segunda Guerra mundial e de responsabilidade da mesma, começou a diminuir, por isso, em

1974, algumas regionais da Cáritas Diocesana foram extintas, a partir de quando o novo programa foi instituído (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

Após esse ocorrido, como muitos grupos já vinham se organizando e se adequando para novos tempos, houve o processo de renascimento da Cáritas brasileira, apoiada nas orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Logo nos anos 1980, através da renovação de sua metodologia e ação, a mesma começou a se envolver na educação popular das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e dos Organismos e Pastorais Sociais, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim nos anos 1990 tiveram iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos comunitários como equipes nacionais, regionais e muitas diocesanas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

A Cáritas Brasil nos últimos 10 anos pôde auxiliar mais de 300 mil famílias, organizadas em 183 entidades-membros, atuando em 450 municípios nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e uma sede nacional (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

Sua linha de atuação integraliza a conscientização e ascensão às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais. Assim ela busca atuar em defesa dos direitos dos povos menos favorecidos (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

Existe desde 1988 no Regional Norte II a Cáritas, inserida no cenário amazônico de luta e resistência, no qual é atuante, com várias atividades diversificadas para a população. Entre as mais diversas atividades destacam-se: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Cooperativismo que atua dando assistência aos cidadãos, desde a violação dos direitos humanos até a geração de renda a partir da ocupação de grupos organizados, sendo atingido nesse período 70 grupos, mais de 5.000 (cinco mil) famílias no Estado do Pará.

A Cáritas Norte II nos anos de 2000/2001 criou o fórum da reforma agrária que contribuiu para a implementação de ações voltadas para essa temática, assim a mesma pôde, junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a CPT, potencializar as ações junto com os movimentos sociais e as reivindicações por terra, crédito, assistência técnica, etc. Com tudo isso surge um novo movimento, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), para atender os pequenos agricultores; a Prestação de Serviço de

Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação, Assessoramento, elaboração de Projetos Técnicos de Créditos no período de 2001 a 2003 estabelecendo convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Pesquisa e Desenvolvimento, empenhada em parceria com universidade e outras instituições; e o Combate ao Trabalho Escravo, no período de 2005 a 2008 em varias cidades do Estado do Pará, através do projeto “Trilhas da Liberdade” (CÁRITAS NORTE II, 2015).

Já em Abaetetuba, a Cáritas iniciou na Paróquia das Ilhas Nossa Senhora Rainha da Paz, desde 01 de julho de 2015, com o projeto Içá-Ação e Proteção. No início de 2016 já se pensava na Cáritas diocesana, quando foi feita uma mobilização com a apresentação do que é o movimento Cáritas nas paróquias da diocese de Abaetetuba, e nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2016 representantes de 10 paróquias pertencentes à diocese se reuniram, discutiram propostas de acordo com a realidade da região, e na noite o dia 22 de maio ela foi instituída como Cáritas Diocesana de Abaetetuba-PA (CÁRITAS NORTE II, 2015).

Hoje a Cáritas diocesana de Abaetetuba é formada por 11 paróquias, das Ilhas, de Nazaré, do Algodual, e de São Paulo, e das cidades de Moju, Barcarena, Vila do Conde, Concórdia do Pará, Bujaru, Quatro Bocas e Tomé Açú. A Cáritas Abaetetuba é atuante na construção da solidariedade sustentável e territorial, com um olhar popular de sociedade e de direitos, para que a justiça social e os direitos sociais e humanos sejam defendidos e garantidos.

Assim como todo sistema educacional brasileiro a educação no campo também apresenta uma “educação bancária”, seguindo um modelo que não compactua com a realidade local, e em Abaetetuba mais precisamente nas comunidades ribeirinhas não é diferente, contudo os movimentos sociais se organizam para que se tenham melhorias na educação do campo. Entendendo que as conquistas que hoje se têm nas comunidades rurais são resultado de muitos anos de luta e resistência na busca por melhores condições de vida e principalmente o direito à educação que venha valorizar as especificidades existentes em cada meio sociocultural, e claro valorizando a agricultura familiar.

O artigo aponta o trabalho do movimento Cáritas, que é um movimento social da diocese de Abaetetuba, que se organiza e vai à busca de melhorias para todo o povo sem distinção e lucratividade. Mais precisamente o envolvimento e articulação da mesma na área ribeirinha de Abaetetuba, em prol da educação para que não seja uma extensão do ensino urbano, que fragiliza a educação do povo ribeirinho que enfrenta dificuldades para manter o aluno na escola por falta de políticas públicas para o ensino, no caso a educação do campo.

Como objetivo geral, este artigo pretende mostrar que o movimento social em Abaetetuba, em específico a Cáritas, luta para que haja de fato a Educação do Campo nas Ilhas de Abaetetuba, superando as dificuldades desde o ingresso da criança na escola até o ensino médio.

Além disso, este artigo apresenta os seguintes objetivos específicos: mostrar como a Cáritas se organiza como um movimento social; demonstrar que o movimento social se faz presente na educação do povo ribeirinho; apresentar como a Cáritas articula suas ações em torno da educação ribeirinha; apontar os pontos abordados pela Cáritas em defesa da Educação do Campo.

2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO

No Brasil, a educação escolar no campo sempre apresentou características de um tratamento periférico e residual. Nas áreas rurais, além de não se levar em conta a realidade socioambiental onde a escola encontrava-se inserida, esta sempre foi tratada pelo poder público com políticas apenas compensatórias, com programas e projetos emergenciais, destacando o discurso da cidadania e de uma vida digna, reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando ao campo espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos (TONIN; MEDEIROS; RAMOS, 2011).

Foi somente a partir dos anos 1980 que a educação do campo começou a se instituir como luta efetiva dos povos do campo, no momento em que ocorreram os movimentos de redemocratização do país, quando organizações da sociedade civil, principalmente da educação popular, incluíram na pauta das reivindicações uma educação que considerasse as diversidades culturais, as necessidades dos trabalhadores do campo e seus direitos sociais (TONIN; MEDEIROS; RAMOS, 2011).

Segundo Benjamin (2001), a mobilização nacional por uma Educação Básica do Campo faz parte de uma luta bem maior que é um “Projeto Popular de Brasil”, fortemente tocado através do MST, que além da forte relação histórica que apresenta com a escola, é um dos sujeitos sociais que vêm pondo o campo em movimento, através da sua luta para que se realize a reforma agrária no Brasil.

Defende-se a ideia de que “[...] é preciso ter uma educação que seja no e do campo, pois o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, recebendo uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (BENJAMIN, 2001, p. 10). Trata-se de pensar uma educação popular dos

sujeitos do campo, construída com os sujeitos do campo e que esteja incluída num projeto de educação e de país. Por isso, segundo Tonin, Medeiros e Ramos (2011, p. 57), “as políticas públicas devem contemplar o reconhecimento da legitimidade dos sujeitos do campo como produtores de conhecimento, de cultura e de educação”.

Ainda de acordo com Tonin, Medeiros e Ramos (2011), as populações organizadas do campo conseguiram, a partir dos anos 1990, colocar na pauta da esfera pública a questão da educação do campo como questão de interesse nacional e fazer-se ouvir como sujeitos de direito. O Brasil instituiu Políticas de Direitos Educacionais bastante significativas, como a Nova LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2001). Esses documentos e a nova legislação contribuíram para a elaboração e a implementação de reformas educacionais que possibilitaram novas políticas para a educação.

Em 2002, levando em conta principalmente o disposto na LDB (1996) e no Plano Nacional de Educação (2001) e a legitimação dada pelo Governo Federal ao reconhecer a importância das populações do campo para o desenvolvimento do país, foram instituídas as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), através da Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, expressando o reconhecimento do “[...] modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2002, p. 01).

Em 2003, a partir do Governo Lula, com políticas que priorizavam a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar, a educação também passou a ser entendida pelo governo como forma de cidadania para os que vivem no campo e como meio de melhor desenvolvimento regional e nacional. Neste contexto, em 2003 foi criado um Grupo Permanente de Trabalho sobre a Educação do Campo, a fim de subsidiar a construção de uma política de Educação do Campo. No Governo Dilma Rousseff, através da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, o Ministério da Educação instituiu o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. Este Programa consiste em um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da Política de Educação do Campo, destinando-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo. (MEC, 2013).

A Portaria nº 86, em seu Art. 3º define como princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

- II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (MEC, 2013).

Segundo Caldart (2001), a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Ela somente será construída deste jeito se os povos do campo, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio de forma coletiva, através da sua própria luta e organização, pois não se consegue construir escolas do campo em um meio rural sem perspectivas, com uma população sem horizontes. Para que realmente seja implantado um projeto popular de desenvolvimento do campo é preciso que se tenha um projeto de educação e se expanda o acesso à escolarização para todas as populações do campo.

Além do mais, os projetos pedagógicos das escolas do campo não podem estar desarticulados de um projeto de sociedade, pois a educação do campo deve voltar-se para o mundo do trabalho e do desenvolvimento socioeconômico justo e economicamente sustentável. Porém, para isso, demanda-se o desafio de se pensar um currículo que dê conta destas características, percebendo-se claramente qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nessa oferta (segundo BRASIL, 2002). A educação do campo precisa ser educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 24).

Segundo Caldart (2001), uma escola do campo não diz respeito a um tipo diferente de escola, mas é uma instituição capaz de reconhecer e ajudar a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. E neste contexto de identidade, conforme as ideias de Paulo Freire, deve-se ser respeitados os saberes dos educandos a partir de um diálogo verdadeiro, feito de forma comunicativa, com

os conhecimentos trazidos pelos educadores, pois “uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros, e todos com o professor ou a professora, ensaiem a experiência profunda de assumirem-se verdadeiramente” (FREIRE, 1996, p. 41).

A Educação do Campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implica em um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras (CALDART, 2009).

Propor uma educação inclusiva é, antes de qualquer coisa, compreender as especificidades desses excluídos, que, mesmo nessas condições, fornecem elementos culturalmente ricos, de suma relevância para a prática pedagógica. Em uma palavra: incluir as minorias privadas de direitos pressupõe a compreensão de suas especificidades como componentes de uma totalidade na qual eles estejam inseridos. (MARTINS, 2018)

Existem sim tensões de concepções teóricas entre os sujeitos hoje envolvidos com a Educação do Campo e é importante apreendê-las, discuti-las, mas não podemos perder de vista que os parâmetros do debate das ideias devem ser dados pela análise do movimento da realidade concreta, sob pena de não participarem dele ou, pior, ajudarem a fortalecer posições políticas conservadoras, sobre o campo e sobre a educação dos trabalhadores (CALDART, 2009).

[...] Se na velha ordem era Deus quem vencia o Diabo, era a virtude que dominaria o vício, era a graça divina que criava o novo homem livre – “livres pela graça de Deus”, na nova ordem deveria ser a educação quem venceria a barbárie, afastaria as trevas da ignorância e constituiria cidadão. Em fim, da educação se espera o milagre de configurar o novo homem livre para o novo mercado econômico, social e político (ARROYO, 2007, p. 36-37).

Na sua origem, o “do” da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é “para” e nem mesmo “com”: é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... Um “do” que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos estes que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa nos limites “impostos pelo quadro em que se insere”, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas. (CALDART, 2009)

Conforme as concepções de Paulo Freire, o pensamento dos homens está dentro deles próprios, ou seja, são os próprios construtores e constitutivos da realidade. O que se torna importante é o nível de percepção que os indivíduos estão sujeitos de sua própria existência. Por isso “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (FREIRE, 1996, p. 26). É exatamente neste sentido que, para Freire, ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições “implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.” (FREIRE, 1996, p. 26).

Do ponto de vista metodológico e de balanço político, é importante não perder a questão que nos pode ajudar numa análise em perspectiva: o que já houve de semelhante na história da educação brasileira e o que isso projeta em relação às tendências da educação do futuro? E para a análise do momento atual é preciso perguntar sobre as tendências de avanço ou de recuo do protagonismo dos movimentos sociais no mover-se da Educação do campo hoje (CALDART, 2009, p.41-42).

Por tudo isso, pode-se perceber a importância do pressuposto da Educação do Campo como um tema transversal no processo pedagógico das escolas, levando em conta a realidade de vida, do local, do cotidiano, na ação teórico-prática, para construir uma compreensão complexa e integrada do ambiente em suas diferentes escalas (local, regional, nacional e global).

3. METODOLOGIA:

A pesquisa realizada sobre a Cáritas mostra seus projetos com intervenção dentro da sociedade, e mais precisamente relacionada à educação do campo, onde a educação possa ser de forma inclusiva, deixando de ser uma “educação bancária”, mas sim uma educação do campo, com seus direitos respeitados, sendo cumpridos pelo poder público.

A pesquisa foi feita em sites para buscar informações referentes à Cáritas como, o que é a Cáritas, o seu surgimento, propósito, seu campo de atuação, como se expandiu mundialmente até a sua criação em Abaetetuba-PA.

As informações regionalmente da pesquisa em *locus* mostrada no artigo, foram obtidas através de entrevistas pré-elaboradas e uso de questionário que está em anexo, foram realizadas com representantes e participantes do movimento Cáritas da Paróquia Rainha da

Paz das Ilhas de Abaetetuba-PA, buscando informações da sua criação na diocese de Abaetetuba-PA, nas paróquias que atua, mas com enfoque na sua introdução nas comunidades ribeirinhas, mostrando respectivamente seu desenvolvimento e atuação nas Ilhas. A pesquisa de campo foi realizada em dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

O mapa a seguir mostrar o município de Abaetetuba e as Ilhas onde foi feita toda a pesquisa de campo utilizada no artigo.



Mapa 1: Município de Abaetetuba localizado no nordeste do Pará. Fonte: Cervo do alto

No que se refere aos aspectos metodológicos deste trabalho, ressalta-se ainda que adotou-se a abordagem qualitativa. Para cumprir os desafios desta pesquisa, utilizou-se um conjunto de procedimentos e técnicas, sendo eles: Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental; Pesquisa Eletrônica e Pesquisa de Campo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÕES.

A região de Abaetetuba é formada por um arquipélago de 73 ilhas, onde a população é desprovida de acesso universal e atendimento de qualidade no campo das políticas públicas como a saúde, educação, esporte e lazer, segurança e assistência social. Diante desse contexto a Cáritas na Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz-Ilhas de Abaetetuba se mobiliza para resgatar e prevenir crianças, adolescentes e jovens da região que sofrem com as seguintes vulnerabilidades tais como: baixa escolaridade, gravidez na adolescência, exploração e abuso sexual, drogas, trabalho infantil e a exploração do trabalho dos adolescentes. (CÁRITAS NORTE II – 2015)

Um dos projetos mais atuantes na Cáritas Ilhas é o projeto “Iça-Ação e proteção”. O mesmo objetiva contribuir para o enfrentamento contra o tráfico, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia brasileira, através desta ação destaca-se a valiosa colaboração e o voluntariado de todos os agentes Cáritas atuantes nas ilhas e protagonizado em sua maioria por adolescentes. (ENTREVISTADO)

A Cáritas junto com outras ações da paróquia das ilhas, outros movimentos sociais, e o povo ribeirinho, convocados a se mobilizar pela educação do campo, em reuniões, assembleias e protestos em busca de melhorias na educação, e principalmente sem exclusões, tornando-os protagonistas da educação do campo.

A equipe Cáritas de cada comunidade atua como multiplicadora mediante as diversas atividades, desde ocupações nas escolas, às mobilizações (principalmente a marcha do dia 18 de Maio), sensibilização por meio dos níveis de comunicação como a rádio, a Semana da Criança, entre outras atividades, tendo como resultados o empoderamento das crianças e adolescentes, o que está sendo algo mais significativo nas ilhas. (Entrevistado)

4.1 A ORGANIZAÇÃO DA CÁRITAS ILHAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os sujeitos do campo do município de Abaetetuba, durante décadas, conseguiam cursar apenas as primeiras séries iniciais do ensino fundamental, o que se faz pensar que se caso quisessem prosseguir nos estudos deveriam se deslocar aos centros urbanos para tal finalidade. Porém para viver na zona urbana seus familiares teriam que prestar assistência financeira aos mesmos, visto que para sobreviver ali demandariam de algumas necessidades básicas como: alimentação, uniformes escolares, material didático, entre outros. Com todas essas dificuldades não restava outra opção a não ser abandonarem a escola nos primeiros anos escolares do ensino fundamental. (Entrevistado)

Os jovens e adultos do campo tem uma trajetória no que tange ao processo ensino-aprendizagem limitado aos primeiros anos escolares, ou seja, às quatro primeiras séries do ensino fundamental; isto se deve em primeiro lugar às condições econômicas de suas famílias que lhes impõem abandonar os estudos, para atuarem no trabalho junto com os demais familiares; em segundo lugar, as escolas do campo só oferecem os primeiros anos escolares, fazendo com que mesmo aqueles que desejam continuar estudando não tenham espaço para tal (SILVA, 2007, p. 41).

No sentido de reverter esse quadro de desigualdade social, principalmente no que diz respeito ao fator educacional e para atender as reivindicações dos movimentos sociais do

campo, os Governos do Brasil vêm implementando políticas de inclusão social, em particular na área da educação das populações do campo.

Com isso no ano de 1980 foi criado no Estado do Pará o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), com o intuito de levar a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontram mais distantes dos centros urbanos. Sendo o maior programa educacional do Norte do País, com uma metodologia pedagógica da alternância, em que o ano letivo dos alunos da rede pública estadual no campo, é dividido em módulo sem prejuízo na carga horária anual, ou seja, divide-se os 200 dias letivos em 4 (quatro) módulos de 50 (cinquenta) dias letivos cada, ofertando blocos de disciplinas a cada módulo, e a continuidade dos estudos nas Ilhas de Abaetetuba-PA hoje é ofertada através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). (THIAGO BARBOSA)

Apesar do SOME utilizar metodologias pedagógicas de alternância e resultar em bons resultados para a educação, ainda não é o melhor modelo educacional para a educação do campo, pois o mesmo apresenta carências educacionais, uma vez que esse modelo de ensino é urbanista, no qual os professores não têm formação pedagógica para atuar no campo, desconhecendo as especificidades presentes nesses territórios.

Discutir sobre a Educação do campo hoje, e buscando ser fiel aos seus objetivos de origem, nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas (CALDART, 2009, p. 35).

A Cáritas se opõe diante das políticas educacionais ofertadas pelo Estado, pois o que se tem hoje é um modelo ruralista, distante do que condiz a educação do campo. Sendo um direito dos camponeses conseguido diante de muitas lutas, mas sucateado por um modo de produção capitalista que busca sustentar um modelo arcaico e tradicional de ensino, visando a produção de mão de obra barata. Diante dessa realidade, a Cáritas enfatiza a sua participação nas lutas pela educação “do” campo, não a educação “no” campo, e assim reivindicar algo que é direito do povo do campo, haja vista que a educação implica transformação, evolução, formação, mas também desafio e resistência.

A prática político-pedagógico da Cáritas Brasileira, marcada no seu início pela sua natureza assistencialista e em descompassos com a educação popular, está fortemente associada ao processo de construção dos movimentos sociais populares, passou por um processo de transformação a partir da sua proximidade e envolvimento com comunidades, movimentos e organizações sociais ligadas ao campo da educação popular, que a levou, gradualmente, a se consolidar como um modelo educativo de caráter transformador e emancipatório, afirmando-se, hoje,

como uma importante organização de assessoria popular (ANDRADE, 2010, p. 239).

Com isso a Cáritas junto com outros movimentos na paróquia das Ilhas se organizam em assembléias, com os líderes comunitários e representantes das escolas, para discutir a respeito do mesmo, pois apesar de se ter professores compromissados com a educação do campo, que mesmo com pouca formação pedagógica para atuar nessas áreas enfrentam todas as dificuldades encontradas, no entanto há também aqueles que pouco se esforçam e muitos que não conhecem a realidade do campo e acabam desistindo ou desanimando devido às condições de trabalho, como a falta de estrutura das escolas que muitas vezes não apresentam o mínimo de condições para se fazer um trabalho efetivo que apresente bons resultados referente ao aprendizado dos educandos. Devido a todas essas questões, tornou-se necessário uma intervenção dos movimentos sociais com a comunidade escolar, em busca de melhoria para o SOME, haja vista que já estava acontecendo um “sistema TQQ” (terça-feira, quarta-feira e quinta-feira), pois os professores mesmo em escolas próximas da cidade com fácil acesso acabavam indo lecionar somente nesses três dias da semana, assim diminuindo a carga horária anual dos alunos, prejudicando o ensino. (ENTREVISTADO)

A Cáritas, sendo uma grande parceira na luta a favor da educação do campo, atuando como já citado na melhoria de ensino o SOME, e mais ainda diante da ameaça do governo em implantar o Sistema Educacional Interativo (SEI), um programa financiado pelo BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), um investimento milionário, mas que não resolverá o problema da educação. Esse novo modelo de ensino alega um ensino médio de qualidade até as comunidades mediante metodologia inovadora, tendo como suporte serviços de comunicação multimídia (dados, voz e imagem), e as aulas serão transmitidas via satélite a partir do centro de mídia e terão internet de alta velocidade. (THIAGO BARBOSA)

Entretanto a Cáritas juntos com as comunidades escolares conhecem a realidade das ilhas, que perpassa desde falta de energia elétrica até o sinal ruim de internet. O movimento mostra as inúmeras dificuldades e a real necessidade da educação, pois não é através de videoaulas que o Estado melhorará a educação.

Essa indignação a respeito desse novo modelo de educação, o SEI, percebe-se na fala de um entrevistado, que participa da luta dos movimentos sociais e que hoje é aluno na Universidade Federal do Pará, que diz que: “se a educação do campo, com professores dentro de sala de aula está precária, imagina com videoaulas, em que o aluno não vai poder tirar

dúvidas, questionar, ser crítico, e isso os tornarão todos meros telespectadores de educação, ou seja, o Estado finge que ensina, e os discentes fingem que aprendem”.

Todo isso mostra a preocupação do movimento social com a educação do campo, sendo que a mesma poderá se consolidar como uma educação voltada para a reprodução de visões e valores de um modelo educacional capitalista.

Assim, quando há uma reflexão da realidade vivenciada a partir de um posicionamento crítico, o resultado será nitidamente compreensível de que se tem que levar em conta os impactos das ações humanas sobre o meio em que se está inserido. Busca-se construir uma compreensão a partir das práticas educativas e pedagógicas que envolvam a ideia de provocar transformações no âmbito educacional nas escolas do campo, tendo como eixo principal a inserção dos educadores e educandos em ações concretas que legitimem a sua vivência enquanto parte das populações do meio rural.

Portanto, considera-se que a tomada de consciência e o desenvolvimento de reflexões críticas são condições necessárias a uma ação transformadora e emancipatória. Assim, tais aspectos devem ser desenvolvidos em médio e longo prazo e de forma permanente, com a finalidade de sensibilizar e transformar a comunidade envolvida em pessoas capazes de mudar suas posturas individuais e coletivas, pois os envolvidos deverão se tornar multiplicadores de ideias em relação à educação do campo. Mesmo que as escolas das ilhas venham enfrentando dificuldades em manter o funcionamento de suas atividades por diferentes motivos, é importante que a comunidade escolar possa estar fazendo uma avaliação e considerando as possibilidades de continuidade das ações de educação do campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cáritas, apesar de que no seu surgimento no Brasil, nas primeiras décadas era vista tão somente como uma organização da Igreja Católica para a distribuição de donativos por meio do programa “Aliança para a Paz e o Progresso”, passou aos poucos a incorporar outras formas de trabalho social, indo além desse programa, no qual se desenvolve metodologias utilizando políticas pedagógicas, para o seu envolvimento com a diversidade de forças políticas e sociais.

A Cáritas realiza um trabalho fundamental alcançando os pobres, vulneráveis e excluídos, independentemente de raça ou religião, para construir um mundo baseado na justiça e no amor fraterno. Ela defende o atual sistema de ensino o SOME, mas sabendo que a educação do campo vai muito, além disso, e luta pela permanência desse sistema diante do novo sistema SEI, pois apesar de não ser uma educação do campo ideal tem se obtido bons

resultados para os filhos dos trabalhadores, que hoje estão nas universidades tanto públicas como privadas, muitos já formados desde professores a engenheiros, com trabalho próprio ou empregados, e outros que estão dando continuidade à agricultura familiar em sua própria localidade, junto de seus familiares.

A atuação da Cáritas nas Ilhas é fundamental, pois com a sua organização e mobilização, as famílias ribeirinhas vão à busca dos seus direitos por uma verdadeira educação do campo. Através de reivindicações em audiências públicas com protestos e abaixo-assinados, conseguiram com que esse projeto já citado, o SEI, não entrasse em vigor nas ilhas. Pois o movimento social Cáritas contradiz essa educação que impõe um ensino como mecanismo de controle, apoiando a educação como um espaço de construção da liberdade, da autonomia e da emancipação dos cidadãos.

Com tudo, os movimentos sociais estão cada vez mais presentes no campo, em busca de melhorias educacionais, se organizando e indo a frente dos camponeses que lutam por seus direitos respeitados e cumpridos dentro da sociedade capitalista. Esse é o papel da Cáritas, se organiza, mobiliza, informa e chama para a luta, quem precisa ter voz e vez dentro da sociedade, com todas as dificuldades, mas mostrando que a educação do campo aqui e agora, que não se deve somente esperar o que vão lhes impor, mas ir atrás, buscar soluções, lutar por seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. A. **Uma travessia aprendente: trajetórias de desafios que marcam a transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular**. 2010, 239 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ARROYO, M. Educação e Exclusão da Cidadania. In: BUFFA, E. ; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2007.

BENJAMIN, C. Um projeto popular para o Brasil. In: BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto Popular e escolas do campo: Por uma educação básica do campo**. v. 3. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 41-87.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CALDART, R. S. **Projeto Popular e escolas do campo:** Por uma educação básica do campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 93 p. Volume 3. 2001, p. 13-37.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun./2009.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos?** Disponível em:<<http://cáritas.org.br>>. Acesso em 22 fev. 2018.

CÁRITAS NORTE II. **Rodas de conversa sobre sistema de garantia de direitos.** 2015. Disponível em: <<http://cáritas.org.br/cáritas-abaetetuba-pa-realiza-rodas-de-conversa-sobre-sistema-de-garantia-de-direitos/31241>>. Acesso em 22 fev. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

KOLLING, E. J.; NÉRY, I. I. J.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo.** v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 95 p.

MARTINS, J. F. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar.** Cáritas diocese de Abaetetuba. Disponível em:<<https://cáritasnorte2.wordpress.com/tag/diocese-de-abaetetuba>>. Acesso em 22 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013:** Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais.

SILVA, G. P. **Magistério da Terra:** O Desafio para a construção de uma Nova Metodologia para a Educação do Campo. In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Orgs). 2007.

THIAGO BARBOSA. Em defesa do Sistema de Organização Modular de Ensino. 11 de setembro de 2017. Disponível em:< www.portalctb.org.br/noticias/record Acesso em 24 abr. 2018.

TONIN, C. M. M. C.; MEDEIROS, L. A. M.; RAMOS, J. D. Transformações Sociais: educação do campo, p. 49-70. In: SOUZA, Gabriela Coelho de. (Org.). **Transformações no Espaço Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 121 p.

ANEXO

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

1. Como e quando surgiu o Movimento Social Cáritas em Abaetetuba-PA?
2. Como está organizada a Cáritas na diocese?
3. E nas Ilhas, quando ela foi organizada?
4. Quem são seus representantes nas Ilhas?
5. Quais são os projetos da Cáritas nas Ilhas?
6. Quais pessoas são beneficiadas com o movimento Cáritas?
7. Qual o seu envolvimento na educação do campo?
8. Com a sua linha de atuação, o movimento traz melhorias para os que vivem no campo?